

PESCADORES, RIBEIRINHOS E INDÍGENAS: MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS NA REGIÃO DO RIO XINGU: RESOLUÇÃO NÃO NEGOCIADA DOS CONFLITOS NA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin²

Estudos antropológicos sobre os efeitos da construção de grandes projetos de infraestrutura – hidrelétricas, rodovias, hidrovias, linhas de transmissão, portos, aeroportos – têm apontado para uma desestruturação das formas de existência de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, pescadores e unidades de trabalho familiar recobertas pelo conceito de camponês. A antropóloga Lygia Sigaud destaca que na construção de hidrelétricas frequentemente ocorre “a redução do estoque de alternativas disponíveis de apropriação do território” e observa ainda que, para os que “viviam e produziam nesses territórios, os efeitos desse tipo de opção se configuraram de

1 Antropólogo, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS-UFAM), pesquisador Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Projeto Nova Cartografia Social.

2 Historiadora, Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA), pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

outra forma, uma vez que a inundação de vastas extensões de terra incide sobre o uso efetivo que dela faziam” (SIGAUD, 1992, não paginado). Na perspectiva da autora os estudos de caso oferecem a possibilidade do contraste, pois acontecimentos “como o avanço das águas (especificamente os que incidem sobre as condições sociais de produção) não estão contidos apenas no acontecimento em si, mas são mediatizados pelas relações que grupos sociais concretos mantêm com o território. Historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem” (SIGAUD, 1992, não paginado).

No vale do rio Xingu, indígenas, pescadores e ribeirinhos desenvolvem uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca que é fundamental para a sua reprodução material e social. Ela se estrutura com base em saberes práticos, em conhecimentos tradicionais, desenvolvidos e sistematizados consoante as variações sazonais, assim expressas: vazante/seca/período de estiagem/chuvas.³ Para esses ribeirinhos e indígenas, o rio é coextensivo a sua maneira de viver, além de consistir na principal via de transporte e comunicação. Com o primeiro ano das obras de construção da hidrelétrica de Belo Monte foram acentuados, de forma abrupta e intensa, os efeitos desestruturadores da atividade pesqueira, a saber: redução considerável do estoque de pesca, mortandade de peixes, proibição de pesca em vários trechos do rio pela empresa construtora e interrupção do rio como via de comunicação. Tanto os pescadores artesanais, que vivem nos baixões da cidade de Altamira, quanto os que ocupam ilhas e margens de igarapés, afluentes do rio Xingu, acompanham, perplexos, esse tipo de intervenção empresarial que ignora seu

3 Nesse calendário dos ribeirinhos, o denominado “repique” corresponde à “primeira enchente”, nos meses de novembro a dezembro. O período de “seca” corresponde a abril e maio, seguido da “vazante”.

“tempo de produzir”, sendo compelidos a retomar reivindicações elementares, que não foram consideradas em nenhum momento de elaboração e execução do Projeto.

As reflexões sobre modos de vida, maneiras de viver juntos, *formas próprias de expressão, de viver, criar e fazer*,⁴ que são constitutivos da cultura dos pescadores e ribeirinhos do rio Xingu, permitem compreender os processos de mobilização social dessas categorias na garantia de territórios e de recursos de pesca devastados celeremente com a intervenção realizada pelo Consórcio de Construção Norte Energia para a instalação da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte.

A mais recente manifestação dos pescadores e indígenas, ocorrida desde o dia 20 de setembro até outubro de 2012, consistiu na ocupação de uma área próxima à obra da UHE, como forma de protesto contra a demora da Norte Energia em garantir suas atividades produtivas na área atingida. Dessa ocupação, participaram mais de 100 pessoas, reivindicando: “indenização justa”, realocação e a elaboração de um plano para que os atingidos pudessem retomar prontamente suas atividades, que se encontram prejudicadas pela construção da “ensecadeira” (um barramento provisório para desviar parte do rio). Toda essa mobilização foi mantida praticamente em silêncio pela imprensa. Converteu-se num objeto de ocultamento face a qualquer tratamento midiático. Uma matéria divulgada no site do Movimento Xingu Vivo para Sempre trazia o título “Articulação inédita de indígenas e pescadores promove nova ocupação de Belo Monte” (ARTICULAÇÃO..., 2012), chamando atenção para uma

4 Termos destacados da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais – em seu artigo 5, que foi assinada pelo Brasil e ratificada por meio do Decreto Legislativo 485, de 2006, e dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (DUPRAT, 2007, p. 20).

mobilização nova, articuladora de duas categorias de identidade tão diferentes, juntas nesta mesma ação de protesto, que são fundamentais para se pensar a vida social no Vale do Xingu.

O tripé identidade, territorialidade e cultura que movimenta a resistência desses agentes sociais em ação desde 2007,⁵ notoriamente os indígenas, sugere as bases do que denominamos de uma *unidade de mobilização*, cuja característica consiste em aproximar contingencialmente diferentes perspectivas, agrupando reivindicações de diferentes categorias numa mesma ação coletiva em determinado momento. Indígenas, pescadores, aos quais se somam oleiros, moradores de bairro⁶ de Altamira, se mobilizam em conjunto; ocorre a “aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios” (ALMEIDA, 2008, p. 32).

No entendimento de que esses grupos têm, em comum, uma relação especial com o território, seja na extensão do rio Xingu, na

5 Em 2007, foi realizado o “Encontro Xingu para Sempre”, no qual índios entraram em confronto com o responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica, Paulo Fernando Rezende, que recebeu um corte no braço. Após o evento, o movimento elaborou e divulgou a *Carta Xingu Vivo para Sempre*, que especificava as ameaças ao rio Xingu e apresentava um projeto de desenvolvimento para a região, exigindo sua implementação das autoridades públicas. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de Brasília, autorizou a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental da usina

6 A notícia adiantava que pequenos agricultores, moradores de bairros de Altamira e oleiros da região deviam se juntar aos protestos ao longo da semana.

Volta Grande do Xingu, Sítio Pimental, nas ilhas, destaca-se que eles formulam o direito de cada povo a manter essa relação de resistência de seu território e em defesa de direitos étnicos.

As informações sobre o número de pessoas que serão deslocadas – 20 mil pessoas – em consequência do enchimento sugerem que parte dos mobilizados reage desde posições e identidades coletivas construídas na medida em que os efeitos se configuram diferentemente no próprio município de Altamira, epicentro das ações. Os povos indígenas têm sido celebrizados no campo de disputa desde o primeiro anúncio de barramento do Xingu, em 1980. Foi inclusive a partir do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, entre 20 e 25 de fevereiro de 1988, formalizando o protesto contra a construção da então chamada “UHE Kararaô” e a inundação das Terras Indígenas, que nos foi possível produzir este conceito operativo de “unidade de mobilização”.⁷

PESCADORES E RIBEIRINHOS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE 2009

A apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da UHE de Belo Monte⁸ ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em dezembro de

7 Esta noção foi desenvolvida em 1988 no âmbito das discussões sobre as formas de resistência aos “grandes projetos”, travadas em Altamira e Tucuruí (PA) sobre UHEs, em Alcântara (MA) sobre os efeitos da base de lançamentos de foguetes face às comunidades quilombolas, em Marabá (PA) face aos conflitos agrários na região do Programa Grande Carajás, e dentre outras em Imperatriz e Açailândia (MA), mediante a devastação provocada pelas usinas de ferro-gusa. Para um aprofundamento, consulte Almeida (1990, 2011).

8 A empresa LEME Engenharia, afiliada ao Grupo Tractebel Engineering, vinculada ao grupo GDF Suez, foi a responsável pela elaboração do EIA-RIMA de Belo Monte.

2008, objeto de estudos de pesquisadores de universidades e instituições públicas no Brasil, propiciou discussões com observações contundentes sobre as lacunas no tocante aos pescadores. Assim, no quadro com o título “Documentos recebidos à análise de mérito dos estudos”, isto é, antes de 10 de setembro de 2009, tem-se uma indicação: “Não cumprido. Referência não disponibilizada”. Diz respeito à exigência de “Apresentação do Registro Geral de Pesca (RGP) da Secretaria Especial de Pesca, concernente à área de pesquisa da ictiofauna, para servir como referência das comunidades de pescadores”. No capítulo “Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais”, elabora-se um comentário sintético, sobre o tratamento dispensado aos pescadores, nos termos abaixo:

Os pescadores na bacia do rio Xingu, por sua especificidade socioprofissional e identitária, não podem ser reduzidos a uma massa homogênea e sem importância do ponto de vista econômico e social, como tratado no vol. 24, pgs. 122 e 187 ss. Entre a diversidade dessa categoria há os pescadores familiares, os pescadores comerciais e aqueles da pesca ornamental, havendo em sua maioria intercâmbio entre as diversas situações sociais. Ressalte-se que na região do Xingu, pelo próprio EIA-RIMA, 72,9% da população realizam pesca como fonte de alimentação e/ou comércio. (vol. 24, pg. 122). Inconsistência que precisa ser sanada com estudos específicos, realizados com metodologia das ciências sociais, sobre os pescadores, que não são confundíveis com os estudos apresentados no vol. 19, capítulos 4 a 7, embora estes – referentes à ictiofauna e à pesca – possam e devam subsidiar aqueles. De todo modo, os autores da análise do “meio socioeconômico e cultural” não leram ou dialogaram com aqueles. Logo, a análise integrada apresentada no vol. 28, que é a base a partir da qual se avaliam os impactos, parte de resultados diversos e contraditórios.

Numa inusitada confusão entre pesca comercial e piscicultura, que conduz a uma contradição na análise, lê-se no vol. 24, pg. 187: “Atividade da Pesca. A piscicultura não é praticada de forma significativa nos imóveis rurais no setor Margem Esquerda Reservatório do Xingu. Do universo da pesquisa, 15 respostas (6,09%) confirmaram o desenvolvimento dessa atividade como atividade comercial. *A atividade da pesca, entretanto é bastante difundida e os dados revelam sua importância como atividade complementar para a base da alimentação*”. Ademais, o EIA constata que “entre as formas de utilização do Rio Xingu [...], a pesca e o transporte, correspondem, respectivamente, a 72,90% e 67,09% do total dos grupos domésticos. Salienta-se, o uso do Rio Xingu para atividades de lazer por 67% dos grupos domésticos, seguidos, em ordem de grandeza, por atividades de lazer e usos domésticos como lavar roupa, banho diário, e beber e cozinhar (vol. 24, pg. 121). Todavia, além da contradição acima apontada, sobre esta constatação não há qualquer análise sobre a importância social, econômica e cultural, nem qualquer avaliação sobre a sua perda, sobretudo considerando que toda esta área será gravemente atingida pela vazão reduzida do rio Xingu. (MAGALHÃES; MARIN; CASTRO, 2009, p. 27, grifos dos autores).

A ausência e as inconsistências de informações, de metodologias e de previsão de impactos constatados no EIA-RIMA da UHE Belo Monte novamente foram apontadas nas quatro audiências públicas realizadas (Brasil Novo – 10 de setembro de 2009; Vitória de Xingu – 12 de setembro de 2009; Altamira – 13 de setembro de 2009 e Belém – 14 de setembro de 2009). O público das audiências⁹ reiterou críticas às concepções limitadas e de inspiração colonizadora da tecnocracia do setor elétrico que procede a compartilhar, segmentar

9 Sobre a participação nas audiências públicas ver Barauna e Marin (2011).

o universo de sua intervenção.¹⁰ O Estudo de Impacto Ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte decide arbitrariamente ao delimitar fisicamente uma área de influência direta inserindo os municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Anapú (sobre o qual fez um “diagnóstico expedito” e não estudo); uma área de influência indireta que abrange “todos os outros municípios que compõem a Região de Integração Xingu”; uma área diretamente afetada que é extraída dos quatro municípios, sendo igual a 1.522 hectares, que corresponde à área efetivamente ocupada pelo lago e pelos canteiros, diques, etc., exclusive a Vila de residência dos trabalhadores (MAGALHÃES; MARIN; CASTRO, 2009, p. 31). Nesta decisão, o Estudo ignora as unidades sociais que vivem nas áreas e que não serão alagadas pelos reservatórios. As comunidades situadas a jusante, que igualmente sofrem alterações no seu modo de vida, estão alheias a qualquer informação, negociação e compensação. Os procedimentos adotados nestas audiências públicas depõem sobre seu caráter informativo, legítimo e probo e por esta via desobrigam-se de mostrar aos grupos afetados as consequências da construção da hidrelétrica. Com isso, descumprem uma disposição legal – a Convenção 169 da OIT –, fato apontado por movimentos, organizações e associações profissionais.¹¹

10 O EIA da UHE Belo Monte observa que a área do reservatório, com 516 km², atingirá diretamente 3 municípios: Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. Porém, os especialistas afirmam que Anapú e Senador José Porfírio também serão atingidos pelo lago formado. O estudo oficial diz que 11 municípios sofrerão impactos socioeconômicos e, consequentemente, ambientais desta hidrelétrica, sendo estes: Altamira, Senador José Porfírio, Anapú, Vitória do Xingu, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Brasil Novo, Gurupá e Medicilândia, perfazendo uma população de mais de 300 mil habitantes (MONTEIRO, 201–).

11 Entre elas, a Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tornou público o documento *Os povos indígenas e o projeto da hidroelétrica de Belo Monte*, com data de 01 de novembro de 2009.

Na transcrição da audiência pública realizada em Vitória do Xingu, no dia 12 de setembro de 2009, a responsável pela Leme Engenharia fez uma intervenção na qual definia os compromissos da empresa:

Cristiane Vieira (Leme Engenharia) – Bom, então, para isso, para atender a pergunta que os agentes colocaram aqui, a gente tem que ver quem é considerado atingido na área rural. Então, são todos aqueles que são proprietários e posseiros de terras que vão ser alagadas ou que vão ser atingidas, para que se façam as construções do empreendimento. São aquelas pessoas que trabalham e produzem na área rural mesmo que não sejam donos daquela propriedade que é atingida. São as pessoas que trabalham no extrativismo mineral e vegetal, aquele que vai ser afetado pelo reservatório e são os pescadores que também pescam num local que será modificado pela presença do reservatório. E é importante destacar aqui o que está nesse letreiro laranja, que quem não tem documento da terra também será indenizado (informação verbal).¹²

Durante a audiência, uma participante fez uso da palavra para indagar sobre a situação dos pescadores, respondida pela mesma profissional.

Apresentação de vídeo – Sou a Verônica e estive na comunidade de Belo Monte. Em conversa com um pescador, ele afirmou que ficou sabendo que algumas espécies de peixes vão diminuir e outras até mesmo desaparecer. Ele quer saber como vai ficar a sua situação e dos demais pescadores?

12 Fala de Cristiane Vieira, representante da Leme Engenharia, durante Audiência Pública – Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Vitória do Xingu –, realizada em 12 de setembro de 2009 (Transcrição *Ipsis Verbis* – Linhas 780–791).

Cristiane Vieira (Leme Engenharia) – Então, os peixes, não é? Que é uma preocupação dessa mudança de ambiente. Existe aquele peixe que é mais adaptado a viver num rio e aquele peixe que é mais adaptado a viver num reservatório. Então, isso vai ocorrer aqui. E o que que o EIA propõe? *Que se adeque a forma de pescar. Quem está acostumado a pescar um tipo de peixe que passe a pescar outro ou que aprenda as novas outras normas.* Criar um comitê regional de pesca, onde tudo que for discutido sobre a pesca passe por esse comitê e seja uma ação conjunta, e fazer um canal no Igarapé do lado da barragem para que os peixes que sobem o rio Xingu não deixem de fazer isso pela presença da barragem. E a qualidade da água vai mudar? Vai, porque hoje o rio corre com uma velocidade e com uma profundidade. E o que vai acontecer? O rio vai correr mais devagar e a profundidade vai ser maior. E o que que o EIA propõe para que essa qualidade da água continue boa e seja uma água ótima como é a do Xingu? Então, a gente vai, primeiro, retirar tudo que é vegetação que está presente no reservatório. Por quê? Porque essa vegetação apodrece, se ela ficar junto com a água ela contamina a água. Outra coisa é o lixo naqueles igarapés de Altamira e as fossas. Isso tem de ser limpo, porque senão, se você enche o reservatório e encosta naquele lixo, isso também contamina a água. O aterro sanitário também tem que ser melhorado e os esgotos da cidade. Não dá para você por um reservatório e continuar jogando esgoto lá. Bom, redução na quantidade de água do Xingu abaixo da barragem (informação verbal).¹³

A técnica da Leme Engenharia admite a mudança que ocorrerá com a ictiofauna e, sem preâmbulos, indica que o pescador deverá “aprender as novas outras normas”. Os

13 Fala de Cristiane Vieira, representante da Leme Engenharia, durante Audiência Pública – Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Vitória do Xingu –, realizada em 12 de setembro de 2009 (Transcrição *Ipsis Verbis* – Linhas 939–964).

conhecimentos sobre a pesca, incluindo saberes, técnicas e calendários, são condenados ao esquecimento para adotar o modelo da aquicultura e de aquicultores “bem-sucedidos”, da piscicultura sob a tutela da empresa e da área do reservatório.

A nova indagação na audiência pública para tratar da intervenção no rio Xingu frisava também a navegação do povoado Ressaca para chegar à cidade de Altamira.

Apresentação de vídeo – Olá! O meu nome é Camila. E uma das principais dúvidas da população da Ressaca é se a parte de baixo do barramento vai secar e se as pessoas que lá vivem vão conseguir chegar de barco até Altamira?

Cristiane Vieira (Leme Engenharia) – Então, de que... de que parte do empreendimento ela está falando? Se a gente voltar no desenho do empreendimento e ver que a barragem fica aqui, essa parte aqui até lá naquele outro círculo vermelho, vai ter uma quantidade de água menor do que tem hoje. Por quê? Porque essa água vai ser desviada e vai passar na casa de força para gerar energia. O que que esse desenho está mostrando? Então, vamos explicar o desenho. Essa parte azul seria o rio. Aqui cheio de pedra, porque é importante eu falar das pedras, e no meio uma ilha. Então, quando a gente foi trabalhar esse empreendimento, a equipe do EIA, a gente teve um grande desafio. Qual a quantidade de... já que vai reduzir a água, qual a quantidade de água que tem que continuar nesse trecho? Então, a gente viu que essa água tem que acontecer como hoje já acontece. Na seca tem que ficar baixo e na cheia tem que encher. Por quê? Porque esse é ciclo natural. É isso que o peixe precisa. É isso que a vegetação precisa. Então, a gente aqui primeiro discutiu qual que é a vazão mínima que o Xingu tem que ter e

qual que era o limitador, porque que a vazão tinha que ser o valor que a gente indica? Porque as pessoas que moram nesse trecho navegam. Então, a gente tinha que deixar uma quantidade de água no rio que seria suficiente para que as pessoas conseguissem subir pelo menos por esse caminho preferencial aqui. Mesmo que lá não conseguisse passar, passaria por aqui, que é o que já acontece hoje no Xingu quando o rio está seco. Então, a gente sugeriu uma vazão de estiagem, que é a vazão que acontece no Xingu mais ou menos em outubro. Aí é a segunda situação que eu disse, quando, então, a gente tem a condição de cheia. Então, a gente estudou e viu que a gente precisava de água para molhar pelo menos boa parte das pedras que existem nesse Xingu. Por quê? Porque a gente identificou uma espécie de peixe aí que precisa desse ambiente para viver e que é um peixe que é um peixe ornamental que dá renda para muitos pescadores. Aí a gente viu que o problema também não acabava aí. Por quê? Porque também existia a necessidade de que essa ilha que está ali no meio tivesse água. Por quê? Porque outras espécies de peixe, principalmente aqueles peixes de consumo de vocês e até de venda também, eles precisam entrar nas ilhas para poder alimentar, para poder se reproduzir. Então, a gente discutiu e disse que pelo menos um ano sim e o outro ano não e depois no outro ano sim novamente a gente teria que ter uma quantidade de água aí, que é mais ou menos o que o Xingu tem hoje entre janeiro e fevereiro (informação verbal).¹⁴

Apresentação de vídeo – Olá! O meu nome é João. Uma das dúvidas dos pescadores que moram ali na Volta Grande do Rio Xingu é a seguinte: se as ilhas vão ficar sem água, como os peixes poderão engordar?

14 Fala de Cristiane Vieira, representante da Leme Engenharia, durante Audiência Pública – Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Vitória do Xingu –, realizada em 12 de setembro de 2009 (Transcrição *Ipsis Verbis* – Linhas 965-1003).

Cristiane Vieira (Leme Engenharia) – Então, eu já disse para vocês que a gente viu e identificou a necessidade de que tivesse água nas ilhas. Por quê? Porque o peixe precisa disso daí para comer e para reproduzir. Então, qual que são as ações propostas no EIA para isso ali. Além da gente ter trabalhado o valor de uma quantidade de água que pelo menos ano sim, ano não garanta esse ambiente, também vai se fazer um canal lateral para que os peixes não fiquem só na parte de baixo ou só na parte de cima, que eles possam continuar subindo o rio. As margens dos igarapés devem ser reflorestadas, para que existam novos ambiente para esses peixes, para eles irem para lá, e as formas de pesca na região têm de ser adequadas (informação verbal).¹⁵

Na seção dedicada à “Análise socioambiental” e à “Análise do EIA-RIMA – Ictiofauna”, os panelistas destacaram perdas da pesca tradicional e da ornamental no rio Xingu e afluentes que “podem chegar aos 10 milhões de reais por ano”. A ornamental ocorre pela perda de *habitat* para espécies capturadas – podem se extinguir ou diminuir muito. A pesca tradicional, pela substituição a longo prazo (SOUSA JUNIOR, 2009, p. 136; SANTOS, 2009, p. 138).

Os pescadores não foram ouvidos, nem consultados em outras oportunidades, entretanto, eles foram alvo de limitações e proibições para continuar garantindo sua reprodução material e social. Assim, das 150 páginas da transcrição¹⁶ da segunda

15 Fala de Cristiane Vieira, representante da Leme Engenharia, durante Audiência Pública – Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Vitória do Xingu –, realizada em 12 de setembro de 2009 (Transcrição *Ipsis Verbis* – Linhas 1024-1036).

16 Este documento reflete a extrema violência simbólica utilizada pelos técnicos para defender seus pontos de vista sobre a vida dos pescadores e seus conhecimentos. A regra do conjunto de discursos dos técnicos – voz dominante sem interrupções – é marcada pelo tom imperativo e discricionário.

audiência pública, depreendem-se parcialmente as situações que se tornaram tensas neste primeiro ano de obras, precisamente nos últimos 20 dias.

A intervenção da hidrelétrica de Belo Monte é/será um divisor da pesca no rio Xingu – caracterizado pela maior diversidade de peixes e ambientes aquáticos –, “condicionada por extensas e complexas redes de ilhas, pedrais e florestas fluviais situadas entre a zona sedimentar da bacia amazônica ao norte e a zona do planalto central brasileiro ao sul (SANTOS, 2009, p. 138). O desmatamento das margens do rio Xingu já estava identificado como ameaça à pesca. No último período foi potencializado com a construção do sítio do projeto. Altamira foi o município que mais desmatou no Estado do Pará (82,08 km²) (BOLETIM..., 2012).

A roça dos pescadores e agricultores, aberta, em geral, na terra firme, tem plantações de mandioca, macaxeira, feijão de corda, que são comercializados no mercado de Altamira. Agricultura e pesca são indissociáveis do modo de existência das unidades familiares que ocuparam o rio Xingu. Comunidades indígenas e ribeirinhas ocupam tradicionalmente as margens do rio Xingu, precisamente na Volta do Rio. Este trecho, cuja vazão será reduzida a níveis do verão amazônico (estação seca), localiza-se nas Terras Indígenas Juruna do Paquicamba e Arara da Volta Grande, e uma dezena de vilarejos está excluído da “área diretamente afetada”; no entanto, a permanência dos grupos será inviabilizada.

Agricultores e pescadores deixam de ter acesso à agricultura de vazante, perdem ou veem reduzida a possibilidade de pescar, coletar e praticar agricultura. Encontram-se na condição de “deslocados econômicos”. Contudo, tem-se um número de unidades familiares e indivíduos que extrapola os cálculos da empresa e os torna “deslocados dos modos de vida”, não apenas deslocados pelo reservatório. Eles são “privados de suas terras e

dos modos de vida em função de partes do projeto ou pelos efeitos ecológicos de longo prazo”. Esse debate é atualizado por C. Vainer (2009, p. 216–221) a partir da leitura do Manual da Internacional Financial Corporation, – IFC e Relatório da Comissão Internacional de Barragens – ambos sustentam várias das posições defendidas no campo do setor hidrelétrico.

Ao introduzir a noção de conflito e não apenas a situacionalidade do deslocamento, são encontradas pistas para compreender a ação dos agentes sociais, dos pescadores e ribeirinhos até aqui desfocados do quadro político, que extrapolam o local. Acserald e Bezerra entendem que o “conflito ambiental acontece quando envolve atores sociais com acentuada desigualdade de poder, a resolução negociada do conflito pode operar com uma tecnologia de desmobilização social central para construção do que Francisco de Oliveira chama de ‘dominação sem política’” (ACSERALD; BEZERRA, 2007, p. 24).

NARRATIVAS DE PESCADORES, INDÍGENAS, RIBEIRINHOS, MORADORES DE BAIRROS INFORMAM SOBRE OS CONFLITOS

Comunidades indígenas e comunidades ribeirinhas, mediante este tipo de intervenção, perderiam seus modos de vida e teriam desestruturadas as relações socioespaciais já construídas. Entre os agravantes de se ser “atingido” pela construção da UHE de Belo Monte está o isolamento no interior do rio Xingu e afluentes. No Painel de Especialistas, destacam-se as “inter-relações entre as bacias do Xingu e o rio Arari, do ponto de vista físico e das relações sociais entre as populações que ali habitam” (MAGALHÃES, 2009, p. 67).

As comunidades de ribeirinhos presentes nas reuniões propostas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal estiveram em Altamira, em

abril de 2011, e fizeram várias denúncias. “Agricultores” da Volta Grande do Xingu expuseram os muitos problemas que têm com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o fato de não tomarem providências para indenização por não estarem com a propriedade registrada, em especial em Vitória do Xingu. Revelaram insatisfação pela desinformação (SENADO FEDERAL, 2011).

Os agricultores foram enfáticos em não querer sair de suas terras e argumentaram que eles envidaram esforços para fazer da região a maior produtora do país. O representante da Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu afirmou que eles plantaram mais de 4 milhões de pés de cacau e que se sentem ameaçados e desprestigiados. Vários deles comentaram ter sofrido pressão psicológica, ameaças por parte da empresa E-Labore, que entrou sem permissão e pressiona para que os agricultores vendam suas terras e benfeitorias. Igualmente, a dita empresa procede acirrar o faccionalismo interno, desestruturando comunidades inteiras.

Na região chamada de Vila Rica, a representante dos agricultores denunciou a empresa E-Labore, que ameaça quem não dá autorização para medir as terras. No povoado Campos 45, foi identificada a atuação de “prepostos da Norte Energia”, que também perpetram ameaças às pessoas.

Um dos presentes, que exerce liderança na comunidade Travessão, na Volta Grande do Xingu, explicou que elaboraram um abaixo-assinado com objetivo de discutir a UHE de Belo Monte, e a audiência foi negada, pois atrasaria o leilão.

O representante da Comunidade Arroz Cru, próxima aos canteiros da obra, denunciou as ameaças constantes e as pressões para venderem os imóveis rurais. Informou que aqueles que têm vendido não recebem pelas matas preservadas. Também

descreveu as pessoas de mais idade, que estão entristecidas, temerosas e defendendo a posição de “não pretender vender, nem sair nunca de suas terras”.

No capítulo com título “Plano de Requalificação Urbana” do EIA, elaborado pela Norte Energia S. A., afirma-se que “a formação do reservatório implicará no desalojamento de aproximadamente 16.420 habitantes, quase 25% da população urbana de Altamira”, e assim admite-se o reassentamento de 4.362 famílias (NORTE ENERGIA S.A., 2009, p. 19).

Os “moradores dos bairros”, que é uma expressão a qual traduz uma categoria de mobilização, também apontaram uma sequência de fatos. No bairro Açaizal, com mais de 1.000 famílias, não há previsão de que sejam indenizados, pois a maioria dos moradores não tem documento de propriedade. Reclamaram ainda da desinformação sobre a extensão dos impactos da obra. No bairro Invasão do Padre, a senhora Raimunda Gomes, que foi obrigada a sair de Tucuruí e até agora não foi indenizada pelas perdas sofridas, advoga para não cair na mesma condição de três décadas atrás.

Os oleiros do bairro Boa Esperança analisam que sua atividade de fabricação de tijolos artesanalmente ficará prejudicada com a invasão do bairro e dos lugares de onde extraem o barro. A Comissão do Senado alegou que o Estado, em cumprimento do Artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição de 1988, deve estabelecer “o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro”.

O Baixão do Tufi também cresceu nos últimos anos devido à intensa procura de casas para aluguel ou compra, reflexo da pressão do aumento do aluguel na cidade de Altamira com

a instalação da UHE de Belo Monte.¹⁷ Situado na denominada “área de inundação do igarapé Altamira”, formou-se, segundo entrevistado, na fase da construção da Transamazônica. Uma das ruas mais importantes é conhecida como Rua do Cabaret, cujo dono era um maranhense conhecido por Tufi.

As situações sociais descritas pelos moradores de bairro que serão deslocados constituem apenas um lado do enquadramento como “atingidos” pela UHE de Belo Monte. Em entrevistas realizadas com “moradores do Baixão do Tufi”, em agosto de 2012,¹⁸ destacam-se as identidades de pescadores e de indígenas neste bairro.

No início de 2012, os bairros Baixão do Tufi, Invasão dos Padres, Boa Esperança, Jardim Independente I e II, Açaizal e Mutirão na cidade de Altamira ficaram inundados, e 400 pessoas foram deslocadas de suas casas por conta da repentina cheia.¹⁹ O fato foi por eles atribuído ao barramento provisório (“ensecadeira”) de um canal do rio Xingu, na área de construção

17 A matéria da *Revista Caros Amigos* intitulada “Expulsas por Belo Monte, famílias ocupam terrenos em Altamira” (de 22 de junho de 2011) descrevia duas situações daqueles que **não sabem** se vão perder a casa, e de outros que não podem pagar o aluguel.

18 A ida ao Baixão do Tufi, coordenada por Rosa Acevedo, teve como objetivo realizar um exercício de pesquisa (*survey*) com 4 alunos do Curso de Etnodesenvolvimento – Faculdade de Etnodesenvolvimento do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará. O grupo foi formado por Maria Elena de R. Silva (Movimento Negro de Altamira e Movimento Xingu Vivo para Sempre), Fernando Vaz do Nascimento (Quilombola de Salvaterra, Ilha de Marajo), Alinéa de Jesus Sousa (Movimento Negro de Altamira) e Lenice Silva (Associação Indígena Kirinapãn, sediada na cidade de Altamira, cuja maioria dos membros é Xipaya).

19 Neste ano, houve registro de um surto de doenças diarreicas e de pele que atingiu ainda os bairros Jardim Nova Altamira, Brasília, Liberdade e SUDAM I.

da usina hidrelétrica de Belo Monte.²⁰ Os igarapés (Ambé, Panelas e Altamira, que cortam a cidade) transbordaram. Os moradores desses bairros estão na lista dos “remanejados”, pois se situam abaixo da “cota 100”.²¹

20 A notícia divulgada no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre trouxe consulta de professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará e complementa dizendo: “especialistas concordam com a opinião dos moradores de que a cheia antecipada é decorrente do barramento provisório (ensecadeira) do canal do Arroz Cru, na Volta Grande do Rio Xingu. A professora e diretora do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) de Altamira, Rita Denize de Oliveira, defende que o barramento está diretamente relacionado à cheia súbita do Xingu e seus braços d’água. ‘Geralmente, a visão dos engenheiros é de que, se você fazendo uma intervenção localmente, ela não vai refletir sobre a bacia hidrográfica. Essa ideia é equivocada. Essas intervenções locais tomam uma amplitude, em termos de bacia hidrográfica, muito grande, sobretudo porque na área da Volta Grande você tem uma morfologia bastante diferenciada’, explica. ‘Um barramento significa uma interrupção no fluxo natural das águas do rio. Interrompendo esse, reduz-se a capacidade do rio de liberar a quantidade de água que ele recebe’, pontua. No inverno amazônico, onde a quantidade de chuvas no mês de fevereiro é bastante elevada, a situação é mais problemática. ‘As perdas de água do rio, que aconteceriam naturalmente se não houvesse barramento, não acontecerão porque há essa intervenção nos canais do Xingu. A profundidade do rio foi reduzida, e assim, também se diminui a capacidade dele de receber água e de escoar, de liberar essa água. Com a redução da capacidade destes canais, você muda essa dinâmica, você gera um excesso de água que vai atuar diretamente sobre essa população que não era afetada neste período, e agora já está sendo’”. (SPOSATI, 2012).

21 A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal apresenta tais informações no Relatório de Diligência realizada na cidade de Altamira (em 16 de abril de 2011) para discutir problemas sociais advindos da construção da barragem da UHE de Belo Monte. Entre os inquiridos pela Comissão estavam representantes indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, moradores da periferia, entidades, movimentos sociais e representantes do Ministério Público do Pará. A Comitativa visitou os bairros que serão inundados pela barragem no rio Xingu: Açaizal, Olaria, Invasão dos Padres, Mutirão, Paixão de Cristo e Baixão do Tufi.

A senhora W. S. O. L. Xipaia mora há seis anos no Baixão do Tufi. Ela tem origem Xipaya e Juruna e faz parte da Associação dos Indígenas Moradores de Altamira – Aima. Completando sua apresentação e percepção das mudanças, que estão em curso, fala:

Eu gosto de pescar, mas que vai ficar difícil vai. Agora, foi, passamos seis dias pescando na Volta Grande. Eu sou do pessoal do Juruna do Paquiçamba. Lá tenho tios, primos. São mais de 200 pessoas. Eu sou da família de Manoel Jurunas. Também parente de Elza e Luis Xipaia. Sobre a indenização, eles podem indenizar pela casa aqui, mas não pela pesca (informação verbal).²²

A insegurança está presente em sua fala pela imprevisibilidade da empresa, e este clima de incertezas está instalado nas relações interpessoais, na vida dela e de seus familiares:

A Norte Energia disse que não é para se preocupar. Eles vieram em agosto e setembro e perguntaram se a gente vai querer dinheiro ou outra casa. Eu já fui cadastrada. Eles dizem que vão construir a nova aldeia – daqui até o Bacana, subindo a rua João Coelho. Mas isso ficará muito distante do rio Xingu. Eles falam que vão construir uma aldeia indígena. Nós vamos fazer o quê? Alguns querem, outros não querem. Mas nós queremos mudar separado. Tudo isso que está passando machuca muito as pessoas. Belo Monte [a hidrelétrica] atrapalha muito. Eu preferiria ficar aqui. Não sei onde eles vão colocar a gente. Ninguém sabe... (informação verbal).²³

22 Fala da senhora W. S. O. L. Xipaia, em entrevista durante ida ao Baixão do Tufi.

23 Fala da senhora W. S. O. L. Xipaia, em entrevista durante ida ao Baixão do Tufi.

Nos elementos destacados pelo Sr. José Batista Gomes da Silva para expor sua identidade, convergem o saber fazer, a trajetória familiar, a prática de “toda a vida”, o estar na Associação dos Pescadores de Altamira e, sobretudo, a revolta ante a limitação, o impedimento, que conferem para continuar sendo pescador:

Eu tenho 40 anos de pesca, comecei lá na Parnaíba. Meu pai era pescador. Desde que me entendi eu sou pescador. Aonde eu chego, eu vou fazer pescar, mexer na pesca. Quem é pescador? É como eu, não tenho outra profissão. O que eu vou fazer. Não tenho onde trabalhar. Agora, a gente faz no Setor Itapuama, mas agora aparece outra gente na barraca. Belo Monte para mim mesmo não é bom. Talvez para quem tem emprego. Mas não tem nada bom. Ela está diminuindo meu espaço. Meu ganho está diminuindo. Quando tem a pesca, a gente sustenta. Antes eu pegava até três caixas. Agora uso malha pequena e trago muito pouco. O rio está represando. O rio não baixa. Nós pescamos pra cima e a baixada está lenta. Agora não dá. Antes ia pescar era três dias. Agora são oito dias, e como o rio não baixa não se pesca. Nós somos profissional, íamos mais três homens. E não vai desenvolver. Para mim, ainda não vi nada. Quando tem uma visão boa na frente da gente é outra coisa. Agora eles estão impedindo os pescadores no lado de baixo (informação verbal).²⁴

O Sr. Gomes da Silva mora no Baixão do Tufi há 16 anos; sua casa tem à frente um pequeno comércio, e ele explica que: “Já fizeram o cadastro, e o que eles falaram não foi claro. Eles mediram

24 Fala do senhor José Batista Gomes da Silva, em entrevista durante ida ao Baixão do Tufi.

e quem não quer pegar a casa vai receber indenização. Eu quero pegar a casa, mas não paga, pois onde eu vou trabalhar?”²⁵

No lugar da entrevista, na frente do bar do Bigode, estava também o Sr. José Gomes da Costa, também pescador, que se manifestou sobre os direitos:

É, do lado nosso, estão faltando direitos. Esse projeto vai impedir de pescar. Porque nosso espaço de trabalho está muito mais curto e o peixe fica pouco. Eles [refere-se ao Consórcio de Construção Norte Energia] já estão proibindo. Os pescadores estão esperando e ficam na dúvida. Quem tá sentido na pela é pescador, ribeirinho (informação verbal).²⁶

Por efeito de aproximação e de um momento efervescente de debates em toda a cidade e sob dimensões múltiplas²⁷ – como estar no centro de um furação –, 45 dias depois dessas entrevistas, pescadores da região de Altamira iniciaram um novo movimento reivindicatório questionando o projeto da UHE de Belo Monte, as ações do Consórcio de Construção Norte Energia que coíbem a pesca em áreas de “impacto da obra”.

Os pescadores constataram a diminuição drástica dos peixes e mudanças na fauna. “Os pescadores estão revoltados. Há um suposto cadastramento das famílias afetadas, cerca de 2,5 mil, mas são muito mais, e ninguém falou com a gente. No ano passado já não aconteceu a piracema, os peixes não desovaram por conta das explosões nos canteiros e da luz forte no rio, e o peixe está

25 Fala do senhor José Batista Gomes da Silva, em entrevista durante ida ao Baixão do Tufi.

26 Fala do senhor José Gomes da Costa, em entrevista durante ida ao Baixão do Tufi.

27 “A Norte Energia comprou Altamira”. Esta frase foi pronunciada pelo Senhor Antonio Firmino, maranhense, que trabalhou 11 meses no Consórcio e que completou dizendo: “A Norte Energia comprou o sindicato”.

acabando”, explica Jacson Diniz, da colônia de pescadores de Altamira (PESCADORES..., 2012).

Em termos de mobilização, foi possível perceber que os atos de interrupção das atividades eram realizados atingindo o canteiro de obras, seus acessos, e para isto a primeira etapa consistia na paralisação dos ônibus que transportavam a primeira turma de operários, às 4h. Os pescadores interromperam a passagem e se apropriaram do rio, fazendo uma cadeia de suas canoas, pequenos barcos. Eles pediam melhorias para a pesca no município de Altamira, o mais afetado pela construção da UHE de Marabá (Radioagência Nacional de 04 out. 2012).

Os pescadores montaram um acampamento na Ilha Cacoal e exigiam abertura de diálogos. Em 25 de setembro, reuniram-se os pescadores e o governo para debater Belo Monte. O argumento era que os problemas relacionados à produção pesqueira no município de Altamira eram devidos aos impactos da obra da hidrelétrica de Belo Monte. Exemplificaram com detonações que, de acordo com o pescador Donato, provocaram a morte de peixes e têm levado a Norte Energia a interditar a pesca em vários pontos do rio.

As colônias de pescadores de Altamira (Z 57) e Vitória do Xingu haviam produzido um novo fato com o fechamento da Transamazônica, com a ocupação do canteiro de obras – no Sítio Pimental, onde se constrói a ensecadeira (barragem provisória). Com isso, as obras foram paralisadas. O Ministro da Pesca, o da Casa Civil, a Superintendência da Pesca estiveram reunidos com mais de uma centena de pescadores.

Os pescadores convidavam efusivamente, no vídeo divulgado na mídia, os outros pescadores a se somarem à mobilização política. Tal convite é extensivo aos indígenas, aos ribeirinhos, aos agricultores e aos moradores dos bairros em uma nova tentativa de

reverter o processo de usurpação de suas terras. O acampamento e a ocupação do canteiro de obras têm se mostrado como uma forma de interlocução com a administração da obra, que equivocadamente tem confundido audiência pública com consulta, dificultando o diálogo.

A REINTEGRAÇÃO DE POSSE A FAVOR DA NORTE ENERGIA S.A.

O plano de negociações está sendo deslocado para a esfera do judiciário. Há uma tentativa de criminalização das formas de resistência, em especial da ocupação do canteiro de obras e dos denominados acampamentos. O debate direto que deveria ter tido lugar com a consulta, após terem sido fornecidas todas as informações prévias necessárias à manifestação de pescadores, indígenas, ribeirinhos e demais “atingidos”, não ocorreu satisfatoriamente. Consideraram a audiência pública como consulta e limitaram as possibilidades de um diálogo aberto. O documento a seguir apresentado evidencia as perspectivas de intensificação dos antagonismos, com a interlocução interrompida a partir de uma judicialização do conflito, em que indígenas de cinco povos diferentes são classificados como “invasores” e acusados de apossarem ilegalmente de bens da empresa. O clima de incerteza na região afetada pela construção da UHE aumenta face a esta judicialização, deixando sem qualquer resposta as interrogações sobre o futuro destes povos e comunidades tradicionais que têm feito da resistência uma arte.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henrie; BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. Paper apresentado na reunião do grupo de trabalho Economía Política Del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, “Territórios, Territórios Naturales y ecologismo popular”. Quito, out. 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista da Abra*, Campinas, n. 1. 1990.

_____. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, “faxinais e fundos de pasto*: Terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA, 2011. p. 15–33.

ARTICULAÇÃO inédita de indígenas e pescadores promove nova ocupação de Belo Monte. *Movimento Xingu Vivo para Sempre*. 09 out. 2012.

AUDIÊNCIA Pública. *Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Vitória do Xingu*. 12 de setembro de 2009. Transcrição *Ipsis Verbis*. 150 p.

BARAUNA, Gláucia M. Q.; MARIN, Rosa E. A. O “fator participativo” nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (Org.). *As Tensões do Lugar*: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 93–125.

BOLETIM DE FOCOS DE CALOR E DESMATAMENTO, 2012. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2012.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). *Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional (PPGSA-UFAM/Fundação Ford/PPGDA-UEA). Manaus: UEA, 2007.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Aproveitamento Hidrelétrico do Xingu: Usina de Belo Monte. Análise do Estudo do Impacto Ambiental. Povos Indígenas. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDES, Francisco D. M. (Org.). *Painel de Especialistas*: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

MAGALHÃES, Sônia; MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDES, Francisco D. M. (Org.). *Painel de Especialistas*: Análise crítica do Estudo de

Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

MONTEIRO, Dion Márcio C. UHE Belo Monte: Questões sem resposta no Xingu. *Ponto de Pauta para o Livre Debate*. [201-]. Disponível em: <<http://pontodepauta.wordpress.com/belo-monte-nao/>>. Acesso em: 10 out. 2012).

NORTE ENERGIA S. A. *Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte*. 2009.

PESCADORES iniciam protesto contra barramento do Xingu e falta de negociações com o setor. *Movimento Xingu Vivo para Sempre*. 17 set. 2012. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/17/pescadores-iniciam-protesto-contrabarramento-do-xingu-e-falta-de-negociacoes-com-o-setor/>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

SANTOS, Geraldo Mendes dos. Análise do EIA-RIMA: Ictiofauna. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDES, Francisco D. M. (Org.). *Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SENADO FEDERAL. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH. SENADO FEDERAL. *Relatório de Diligência Realizada na cidade de Altamira (PA) em 16 de abril de 2011 para discutir problemas sociais advindos da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. Brasília, 2011.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). *Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional*. Manaus: UEA, 2007.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1986. Comunicação nº 9.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. *Crenças e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento forçado*. Rio de Janeiro: PPGAS–MN.UFRJ, 1994.

SOUSA JUNIOR, Wilson Cabral. O complexo hidrelétrico de Belo Monte: Análise econômico-ambiental. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDES, Francisco

D. M. (Org.). *Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SPOSATI, Ruy. Barragem de Belo Monte desaloja 400 em Altamira. *Movimento Xingu Vivo para Sempre*, 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/02/29/barragem-de-belo-monte-desaloja-400-em-altamira/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

VAINER, Carlos et. al. O conceito de atingidos: uma revisão do debate e de diretrizes. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDES, Francisco D. M. (Org.). *Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009. 230 p. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.